

# UMA TEMPESTADE DE LUZ: A COMPREENSÃO POSSIBILITADA PELA ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA

## *A storm of light: comprehension made possible by discursive textual analysis*

Roque Moraes<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo propõe-se a examinar processos de análise textual qualitativa que, num ciclo de análise constituído de três elementos – *unitarização, categorização e comunicação* – se apresenta como um movimento que possibilita a emergência de novas compreensões com base na auto-organização. Ao longo do texto trabalha-se com a metáfora de *uma tempestade de luz*, procurando com isso criar uma imagem que traduza o modo como emergem as novas compreensões no processo analítico, atingindo-se novas formas de ordem com a participação do caos e da desordem.

**Unitermos:** análise textual, pesquisa qualitativa, categorização, auto-organização.

---

**Abstract:** *In this article we intend to examine a qualitative process of textual analysis. A cycle of three elements is presented: unitizing, categorizing and communicating. Arguments are put forward to support the idea that this cycle is a process of emergence of new understandings based on self-organization. A metaphor, comparing this analysis with "a storm of light" is presented, intending to show how the emergence of new comprehensions occurs in the analytical process, reaching new forms of order through chaos and disorder.*

**Keywords:** *textual analysis, qualitative research, categorization, self-organization*

---

### Introdução

Pesquisas qualitativas têm cada vez mais se utilizado de análises textuais. Seja partindo de textos já existentes, seja produzindo o material de análise a partir de entrevistas e observações, a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão.

No presente artigo examinamos esta abordagem de análise organizando argumentos em torno de quatro focos. Os três primeiros compõem um ciclo, no qual se constituem como elementos principais:

1. *Desmontagem dos textos*: também denominado de processo de unitarização, implica examinar os materiais em seus detalhes, fragmentando-os no sentido de atingir unidades constituintes, enunciados referentes aos fenômenos estudados.

2. *Estabelecimento de relações*: processo denominado de categorização, implicando construir relações entre as unidades de base, combinando-as e classificando-as no sentido de compreender como esses elementos unitários podem ser reunidos na formação de conjuntos mais complexos, as categorias.

3. *Captando o novo emergente*: a intensa impregnação nos materiais da análise desencadeada pelos dois estágios anteriores possibilita a emergência de uma compreensão renovada do todo. O investimento na comunicação dessa nova compreensão, assim como de sua crítica e validação, constituem o último elemento do ciclo de análise proposto. O metatexto resultante desse processo representa um esforço em explicitar a compreensão que se apresenta como produto de uma nova combinação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores.

---

<sup>1</sup> Professor Assistente Doutor do Programa de Pós-graduação de Educação e do Mestrado em Ensino de Ciências da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS - Brasil – e-mail: searom@pucrs.br

O texto segue focalizando o ciclo como um todo, aproximando-o de sistemas complexos e auto-organizados:

4. *Um processo auto-organizado*: o ciclo de análise descrito, ainda que composto de elementos racionalizados e em certa medida planejados, em seu todo constitui um processo auto-organizado do qual emergem novas compreensões. Os resultados finais, criativos e originais, não podem ser previstos. Mesmo assim é essencial o esforço de preparação e impregnação para que a emergência do novo possa concretizar-se.

Ao longo da apresentação e discussão desses elementos, pretende-se defender o argumento de que a análise textual qualitativa pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma seqüência recursiva de três componentes: desconstrução dos textos do *corpus*, a *unitarização*, estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada. Esse processo em seu todo pode ser comparado com *uma tempestade de luz*. O processo analítico consiste em criar as condições de formação dessa tempestade em que, emergindo do meio caótico e desordenado, formam-se *flashes* fugazes de raios de luz iluminando os fenômenos investigados, que possibilitam, por meio de um esforço de comunicação intenso, expressar novas compreensões atingidas ao longo da análise.

A análise textual aqui proposta tem sido utilizada tanto em pesquisas de mestrado como doutorado, abrangendo áreas tão diversificadas quanto Comunicação, Psicologia, Educação, Serviço Social e Educação Ambiental. Em algumas das pesquisas essa metodologia tem sido utilizada integrada a outras abordagens de análise. A análise textual discursiva tem se mostrado especialmente útil nos estudos em que as abordagens de análise solicitam encaminhamentos que se localizam entre soluções propostas pela análise de conteúdo e a análise de discurso<sup>2</sup>.

### **1. Desmontagem dos textos: desconstrução e unitarização**

Iniciamos nossa discussão com o primeiro elemento do ciclo de análise: a desmontagem dos textos. Ao examinar esse elemento, fazemos, em primeiro lugar, uma incursão sobre o significado da leitura e sobre os diversificados sentidos que esta permite construir a partir de um mesmo texto. Daí nos movemos para tratar do *corpus* da análise textual, atingindo a partir disso, o cerne desse primeiro estágio da análise, que é a desconstrução e unitarização do *corpus*. Concluimos esta discussão destacando a importância de um envolvimento e impregnação aprofundados com os materiais analisados no sentido de possibilitar a emergência de novas compreensões em relação aos fenômenos investigados.

#### **Leitura e significação**

Ao iniciar uma discussão de análise qualitativa, precisamos ter presente a relação entre leitura e significação. Se um texto pode ser considerado objetivo em seus significantes, não o é nunca em seus significados. Todo texto possibilita uma multiplicidade de leituras, leituras essas tanto em função das intenções dos autores como dos referenciais teóricos dos leitores e dos campos semânticos em que se inserem.

A análise qualitativa opera com significados construídos a partir de um conjunto de textos. Os materiais textuais constituem significantes a que o analista precisa atribuir sentidos e significados.

Na perspectiva do presente artigo, o que nos propomos é descrever e interpretar alguns dos sentidos que a leitura de um conjunto de textos pode suscitar. Sempre parte do pressuposto de que toda leitura já é uma interpretação e que não existe uma leitura única e

---

<sup>2</sup> *Algumas pesquisas que utilizaram a análise textual: Galiazzi, M.C. (2000); Machado, D.M.Z. (2002).*

objetiva. Ainda que, seguidamente, dentro de determinados grupos, possam ocorrer interpretações semelhantes, um texto sempre possibilita múltiplas significações. Diferentes sentidos podem ser lidos em um mesmo texto.

O ciclo da análise textual aqui focalizado é um exercício de elaborar sentidos. Os textos são assumidos como significantes em relação aos quais é possível exprimir sentidos simbólicos. Pretende-se, assim, construir compreensões com base em um conjunto de textos, analisando-os e expressando a partir da análise alguns dos sentidos e significados que possibilitam ler.

A polissemia que está implícita em qualquer texto pode originar diferentes tipos de leituras. Algumas interpretações podem ser compartilhadas, com relativa facilidade, entre diferentes leitores. É o que denominaríamos de leituras do manifesto ou explícito. Corresponde ao *denotativo* (Hall, 1997). Em contrapartida, denominamos leitura do latente ou implícito aquele tipo de interpretação mais exigente e aprofundada, não compartilhada tão facilmente por diferentes leitores. Poderíamos denominar este segundo nível de *conotativo* (Hall, 1997). Entretanto, tanto uma como outra forma de leitura constituem-se em interpretações que os leitores fazem a partir de seus conhecimentos e teorias, dos discursos em que se inserem. Uma delas, segundo Olabuenaga e Espizua (1989), é uma leitura mais direta do sentido manifesto; a outra é uma leitura soterrada do sentido latente.

Outro aspecto que merece ser destacado em relação às possibilidades de leitura de textos é o exercício de uma atitude fenomenológica. Isto implica um esforço de colocar entre parênteses as próprias idéias e teorias e exercitar uma leitura a partir da perspectiva do outro. Isso é especialmente recomendado em pesquisas de cunho etnográfico e fenomenológico em que é importante valorizar a perspectiva dos participantes.

A multiplicidade de significados que é possível construir um mesmo conjunto de significantes, tem sua explicação nos diferentes pressupostos teóricos que cada leitor utiliza em suas leituras.

Toda leitura é feita a partir de alguma perspectiva teórica, seja esta consciente ou não. Ainda que se possa admitir o esforço em colocar entre parênteses essas teorias, toda leitura implica ou exige algum tipo de teoria para poder concretizar-se. É impossível ver sem teoria; é impossível ler e interpretar sem ela. Diferentes teorias possibilitam os diferentes sentidos de um texto. Como as próprias teorias podem sempre modificar-se, um mesmo texto sempre pode dar origem a novos sentidos.

Se as teorias estão sempre presentes em qualquer leitura, também o estarão nas diferentes etapas da análise. Essas teorias podem ser implícitas ou explícitas. O conhecimento das teorias que fundamentam uma pesquisa pode facilitar o processo da análise textual. Entretanto isso não é uma exigência, já que o pesquisador também pode ter pretensões de construir teorias a partir do material que analisa. Não é que nesse caso não haja teorias que o orientem, mas o pesquisador exercita um esforço de construir novas teorias a partir de elementos teóricos de seus interlocutores empíricos, manifestados por meio dos textos que analisa. É o que diferentes autores denominam teorias emergentes da análise (Lincoln e Guba, 1985; Olabuenaga e Izpizua, 1989; Laville e Dionne, 1999). O processo analítico, quando não há uma teoria *a priori*, é geralmente mais desafiador, já que nesse caso é mais incerto e inseguro, exigindo definir o caminho enquanto o processo avança.

Sintetizando o que tentamos expressar até este ponto, entendemos que a análise textual parte de um conjunto de pressupostos em relação à leitura dos textos que examinamos. Os materiais analisados constituem um conjunto de significantes. O pesquisador atribui a eles significados sobre seus conhecimentos e teorias. A emergência e comunicação desses novos sentidos e significados é o objetivo da análise.

### Corpus<sup>3</sup>

Toda análise textual concretiza-se a partir de um conjunto de documentos denominado *corpus*. Esse conjunto representa as informações da pesquisa e para a obtenção de resultados válidos e confiáveis, requer uma seleção e delimitação rigorosa. Seguidamente não trabalhamos com todo o *corpus*, mas é necessário definir uma amostra a partir de um conjunto maior de textos.

O *corpus* da análise textual, sua matéria-prima, é constituído essencialmente de produções textuais. Os textos são entendidos como produções lingüísticas, referentes a determinado fenômeno e originadas em um determinado tempo. São vistos como produtos que expressam discursos sobre fenômenos e que podem ser lidos, descritos e interpretados, correspondendo a uma multiplicidade de sentidos que a partir deles podem ser construídos. Os documentos textuais da análise, conforme já afirmado anteriormente, são significantes dos quais são construídos significados em relação aos fenômenos investigados.

Ainda que ao longo do presente capítulo, geralmente, nos referimos a textos no sentido de produções escritas, o termo deve ser entendido num sentido mais amplo, incluindo imagens e outras expressões lingüísticas.

Os textos que compõem o *corpus* da análise podem tanto terem sido produzidos especialmente para a pesquisa, como podem ser documentos já existentes previamente. No primeiro grupo integram-se transcrições de entrevistas, registros de observação, depoimentos produzidos por escrito, assim como anotações e diários diversos. O segundo grupo pode ser constituído de relatórios diversos, publicações de variada natureza, tais como editoriais de jornais e revistas, resultados de avaliações, atas de diversos tipos, além de muitos outros.

Costuma-se denominar “dados” o *corpus* textual da análise. Entretanto, assumindo que todo dado torna-se informação a partir de uma teoria, podemos afirmar que “nada é realmente dado”, mas tudo é construído. Os textos não carregam um significado a ser apenas identificado; são significantes exigindo que o leitor ou pesquisador construa significados com base em suas teorias e pontos de vista. Isso exige que o pesquisador em seu trabalho se assumira como autor das interpretações que constrói dos textos que analisa. Naturalmente nesse exercício hermenêutico de interpretação é preciso ter sempre em mente o outro pólo, o autor do texto original.

Como se define e delimita o *corpus*? Geralmente, uma pesquisa utilizando análise textual exige que se produza uma amostragem adequada de documentos a serem analisados. Quando os textos já existem previamente, seleciona-se uma amostra capaz de produzir resultados válidos e representativos em relação aos fenômenos investigados. Quando os documentos são produzidos no próprio processo da pesquisa, a amostra pode ser selecionada de diversas formas, destacando-se a amostra intencional, com definição do tamanho da amostra pelo critério de saturação. Entende-se que a saturação é atingida quando a introdução de novas informações nos produtos da análise já não produz modificações nos resultados anteriormente atingidos. Isso, naturalmente, implica um processo de coleta e de análise paralelos.

Desse modo, dentro do processo de pesquisa, o investigador precisa definir e delimitar seu *corpus*. A partir disso pode dar início ao ciclo de análise, cujo primeiro passo é a desconstrução dos textos.

<sup>3</sup> Denominação retirada de Bardin, L., 1977.

## Desconstrução e unitarização

Uma vez de posse do conjunto de textos a serem analisados, ou pelo menos uma parte dos mesmos, inicia-se o processo de análise propriamente dito. O primeiro passo é a desconstrução dos textos e sua unitarização.

A desconstrução e unitarização do *corpus* consiste num processo de desmontagem ou desintegração dos textos, destacando seus elementos constituintes. Implica colocar o foco nos detalhes e nas partes componentes, um processo de divisão que toda análise implica. Com essa fragmentação ou desconstrução dos textos, pretende-se conseguir perceber os sentidos dos textos em diferentes limites de seus pormenores, ainda que compreendendo que um limite final e absoluto nunca é atingido. É o próprio pesquisador que decide em que medida fragmentará seus textos, podendo daí resultar unidades de análise de maior ou menor amplitude.

Da desconstrução dos textos surgem as *unidades de análise*, aqui também denominadas *unidades de significado ou de sentido*. É importante que o pesquisador proceda a suas análises de modo que saiba em cada momento quais as unidades de contexto, geralmente os documentos, que deram origem a cada unidade de análise. Para isso utilizam-se códigos que indicam a origem de cada unidade. Uma das formas de codificação corresponde a atribuir inicialmente um número ou letra a cada documento do *corpus*. Um segundo número ou letra pode então ser atribuído a cada uma das unidades de análise construída a partir de cada texto. Assim, o texto 1 dará origem às unidades, 1.1, 1.2, etc. O documento 2 originará as unidades 2.1, 2.2, etc., e assim por diante.

As unidades de análise são sempre definidas em função de um sentido pertinente aos propósitos da pesquisa. Podem ser definidas em função de critérios pragmáticos ou semânticos. Num outro sentido, sua definição pode partir tanto de categorias definidas *a priori*, como de categorias *emergentes*. Quando se conhecem de antemão os grandes temas da análise, as categorias *a priori*, basta separar as unidades de acordo com esses temas ou categorias. Entretanto, uma pesquisa também pode pretender construir as categorias, a partir da análise. Nesse caso as unidades de análise são construídas com base nos conhecimentos tácitos do pesquisador, sempre em consonância com os objetivos da pesquisa.

Em qualquer das formas, o processo de construção de unidades é um movimento gradativo de explicitação e refinamento de *unidades de base*, em que é essencial a capacidade de julgamento do pesquisador, sempre tendo em vista o projeto de pesquisa em que as análises se inserem. Pode-se fazer uma primeira tentativa de unitarização com parte do *corpus* apenas. A partir disso decidem-se os critérios para a desconstrução dos textos. Feito isso se estende o processo a todo o *corpus*.

A prática de *unitarização* tem demonstrado que esta pode ser concretizada em três momentos distintos (Moraes, 1999):

1. fragmentação dos textos e codificação de cada unidade;
2. reescrita de cada unidade de modo que assuma um significado o mais completo possível em si mesma;
3. atribuição de um nome ou título para cada unidade assim produzida.

A fragmentação dos textos é concretizada por uma ou mais leituras, identificando-se e codificando-se cada fragmento destacado, resultando daí as unidades de análise. Cada unidade constitui um elemento de significado referente ao fenômeno que está sendo investigado. Entretanto, como na fragmentação sempre se tende a uma descontextualização, é importante reescrever as unidades de modo que expressem com clareza os sentidos construídos a partir do contexto de sua produção. Isso implica incluir alguns elementos de unidades anteriores ou

posteriores dentro da seqüência do texto original. Isso se faz necessário, pois as unidades, quando levadas à categorização, estarão isoladas e é importante que seu sentido seja o mais claro possível. Finalmente, para facilitar o passo seguinte da análise, a categorização, é interessante atribuir a cada unidade de análise, assim construída, um título. Este deve apresentar a idéia central da unidade.

Assim acabamos de descrever o primeiro passo do ciclo de análise textual qualitativa. Constitui-se em um momento de intenso contato e impregnação com o material da análise, envolvimento que é essencial para a emergência de novas compreensões.

### **Envolvimento e impregnação**

Uma análise textual qualitativa, voltada à produção de compreensões aprofundadas e criativas, requer um envolvimento intenso com as informações do *corpus* da análise. Exige uma impregnação aprofundada com os elementos do processo analítico. Somente essa impregnação intensa possibilita uma leitura válida e pertinente dos documentos analisados.

A impregnação persistente nas informações dos documentos do *corpus* da análise passa por um processo de desorganização e desconstrução, antes que se possam atingir novas compreensões. É preciso desestabilizar a ordem estabelecida, desorganizando o conhecimento existente. Tendo como referência as idéias dos sistemas complexos, esse processo consiste em levar o sistema semântico ao limite do caos. A unitarização é um processo que produz desordem a partir de um conjunto de textos ordenados. Torna caótico o que era ordenado. Nesse espaço uma nova ordem pode constituir-se às custas da desordem. O estabelecimento de novas relações entre os elementos unitários de base possibilita a construção de uma nova ordem, representando uma nova compreensão em relação aos fenômenos investigados.

Fazer uma análise rigorosa é, portanto, um exercício de ir além de uma leitura superficial, possibilitando uma construção de novas compreensões e teorias a partir de um conjunto de informações sobre determinados fenômenos.

Exercitar uma leitura aprofundada é explorar uma diversidade de significados que podem ser construídos com base em um conjunto de significantes. É ainda explorar significados em diferentes perspectivas, valendo-se de diferentes focos de análise. Essa diversidade de sentidos que podem ser construídos a partir de um conjunto de textos está estreitamente ligada às teorias que os leitores utilizam em suas interpretações textuais. Por mais sentidos que se consiga mostrar, sempre haverá mais sentidos.

É preciso salientar que este processo de análise, iniciado com a unitarização dos textos, é um processo exigente e trabalhoso. Somente se assim considerado, possibilita atingir o rigor e a qualidade que se esperam de uma análise qualitativa.

Desse modo, ao longo da discussão da desmontagem dos textos, proposta como primeira etapa do ciclo analítico, pretende-se demonstrar que a análise textual se inicia com a desmontagem de documentos do *corpus*, procurando-se individualizar nesse processo unidades de significado referentes ao fenômeno sob investigação.

Uma análise rigorosa implica sempre uma leitura cuidadosa, aprofundada e pormenorizada dos materiais do *corpus*, garantindo-se no mesmo movimento a separação e o isolamento de cada fração significativa. Esse trabalho pode ser entendido como levar o sistema ao "limite do caos". A partir disso criam-se as condições para a emergência de interpretações criativas e originais, produzidas pela capacidade do pesquisador estabelecer e identificar relações entre as partes e o todo, tendo como base uma intensa impregnação no material de análise. A luz de uma tempestade só é possibilitada pela formação de um sistema conturbado de nuvens em permanente agitação e movimento. A desordem é condição para a formação de novas

ordens. Novas compreensões dos fenômenos investigados são possibilitadas por uma desorganização dos materiais de análise, possibilitando ao mesmo tempo uma impregnação intensa com os fenômenos investigados.

## 2. Estabelecimento de relações: o processo de categorização

Passamos agora a focalizar o segundo momento do ciclo de análise. Consiste na categorização das unidades anteriormente construídas, aspecto central de uma análise qualitativa. Discutiremos categorias, seus modos de produção, tipos e propriedades. A partir disso, pretendemos demonstrar como este processo se insere na construção de novas compreensões em relação aos fenômenos investigados, processo esse essencialmente de auto-organização. As categorias são parte da luz que emerge do processo analítico.

Iniciamos focalizando alguns aspectos do processo de construção de categorias.

### Processo de categorização

A categorização é um processo de comparação constante entre as unidades definidas no processo inicial da análise, levando a agrupamentos de elementos semelhantes. Os conjuntos de elementos de significação próximos constituem as *categorias*.

A categorização, além de reunir elementos semelhantes, também implica nomear e definir as categorias, cada vez com maior precisão, na medida em que vão sendo construídas. Essa explicitação das categorias se dá por meio do retorno cíclico aos mesmos elementos, no sentido da construção gradativa do significado de cada categoria. Nesse processo, as categorias vão sendo aperfeiçoadas e delimitadas cada vez com maior rigor e precisão.

No processo de categorização, podem ser construídos diferentes níveis de categorias. Em alguns casos, as categorias assumem as denominações de iniciais, intermediárias e finais, constituindo, cada um dos grupos, categorias mais abrangentes e em menor número.

No seu conjunto, as categorias constituem os elementos de organização do metatexto que a análise pretende escrever. É a partir delas que se produzirão as descrições e interpretações que comporão o exercício de expressar as novas compreensões possibilitadas pela análise.

Como o pesquisador pode chegar às categorias?

As categorias na análise textual podem ser produzidas por diferentes metodologias. Cada método apresenta produtos que se caracterizam por diferentes propriedades. Por outro lado, cada método também traz já implícitos os pressupostos que fundamentam a respectiva análise.

O método dedutivo, um movimento do geral para o particular, implica construir categorias antes mesmo de examinar o *corpus* de textos. As categorias são deduzidas das teorias que servem de fundamento para a pesquisa. São “caixas” (Bardin, 1977), nas quais as unidades de análise serão colocadas ou organizadas. Esses agrupamentos constituem as categorias *a priori*.

Já o método indutivo implica construir as categorias com base nas informações contidas no *corpus*. Por um processo de comparação e contrastação constantes entre as unidades de análise, o pesquisador vai organizando conjuntos de elementos semelhantes, geralmente com base em seu conhecimento tácito, conforme descrevem Lincoln e Guba (1985). Esse é um processo essencialmente indutivo, de caminhar do particular ao geral, resultando no que se denomina as categorias emergentes.

Os dois métodos, dedutivo e indutivo, podem, também, serem combinados num processo de análise misto em que, partindo de categorias definidas *a priori* com base em teorias escolhidas previamente, o pesquisador encaminha transformações gradativas no conjunto

inicial de categorias, a partir do exame das informações do *corpus* de análise. Nesse processo, segundo Laville e Dionne (1999), a indução auxilia a aperfeiçoar um conjunto prévio de categorias produzidas por dedução.

Entendemos que se pode descrever ainda um terceiro método de produção de categorias. É o método intuitivo. Chegar a um conjunto de categorias por meio da intuição exige integrar-se num processo de auto-organização em que, a partir de um conjunto complexo de elementos de partida, emerge uma nova ordem. O processo intuitivo pretende superar a racionalidade linear que está implícita tanto no método dedutivo quanto no indutivo. Pretende que as categorias tenham sentido a partir do fenômeno focalizado como um todo. As categorias produzidas por intuição originam-se por meio de inspirações repentinas, *insights* de luz que se apresentam ao pesquisador, por uma intensa impregnação nos dados relacionados aos fenômenos. Representam aprendizagens auto-organizadas que são possibilitadas ao pesquisador a partir de seu envolvimento intenso com o fenômeno que investiga. Esse processo tem seus fundamentos na fenomenologia aproximando-se do que Restrepo (1998) denomina *abdução*.

Entendemos que, de algum modo, tanto o método dedutivo quanto o indutivo, requerem em algum grau a intuição e abdução. São elas que possibilitam as criações mais originais, representando novas compreensões em relação aos fenômenos investigados. Entretanto, quando optando por enfatizar a dedução ou a indução, o pesquisador estabelece, de antemão, alguns limites para suas intuições.

Ainda que esses fundamentos seguidamente fiquem implícitos, a escolha de métodos para a categorização sempre trará junto com ela um conjunto de pressupostos teóricos e paradigmáticos. Enquanto, por exemplo, a dedução implica, geralmente, procura de objetividade, verificabilidade e quantificação, a opção pela indução, intuição e abdução traz dentro de si a subjetividade, o foco na qualidade, a idéia de construção, a abertura ao novo. A primeira opção seguidamente carrega pressupostos positivistas, enquanto a segunda pode ser relacionada ao que Boaventura Santos(1996) denomina o paradigma emergente. Certamente, não é possível fazer aqui uma classificação rígida em relação ao uso dos métodos descritos, mas cabe um alerta para que o pesquisador esteja atento ao que implicam as opções que faz em cada caso.

A descrição anterior dos métodos de categorização mostra que a análise textual qualitativa pode utilizar na construção de novas compreensões dois tipos de categorias: categorias *a priori* e categorias emergentes. As primeiras correspondem a construções que o pesquisador elabora antes de realizar a análise propriamente dita dos dados. Provém das teorias em que fundamenta o trabalho e são obtidas por métodos dedutivos. Já as categorias emergentes são construções teóricas que o pesquisador elabora a partir das informações do *corpus*. Sua produção é associada aos métodos indutivos e intuitivos. Conforme já proposto anteriormente, uma terceira alternativa constitui um modelo misto de categorias. Nesse modelo o pesquisador parte de um conjunto de categorias definido *a priori*, complementando-as ou reorganizando-as a partir da análise.

Todos esses tipos de categorias podem ser válidos. O essencial no processo não é sua forma de produção, mas as possibilidades do conjunto de categorias construído de representar as informações do *corpus*, ou seja, de possibilitar uma compreensão aprofundada dos textos-base da análise e, em consequência, dos fenômenos investigados. Isso, pelo menos em parte, é função das propriedades das categorias construídas como parte da análise.

### **Propriedades das categorias**

A caracterização da análise textual pode ser feita a partir das propriedades que se exigem para as categorias. Ao examinarem a questão das propriedades das categorias, não há



necessariamente uma uniformidade entre diferentes autores. Especialmente, em alguns aspectos o encaminhamento das análises pode levar a produtos bem diversificados. Nem todas as formas de conduzir as análises são idênticas em seus pressupostos.

Uma das propriedades em relação à qual certamente não há maiores divergências é a questão da validade ou pertinência das categorias. Categorias de análise necessitam ser válidas ou pertinentes em relação aos objetivos e ao objeto da análise. Um conjunto de categorias é válido quando é capaz de representar adequadamente as informações categorizadas, atendendo dessa forma aos objetivos da análise, que é de melhorar a compreensão dos fenômenos investigados. Quando um conjunto de categorias é válido, os sujeitos autores dos textos analisados precisam se ver representados nas descrições e interpretações feitas.

Outra propriedade que tem sido apontada como desejável em conjuntos de categorias, independente do método de sua produção, é a homogeneidade. As categorias de um mesmo conjunto necessitam serem homogêneas, ou seja, precisam ser construídas a partir de um mesmo princípio, de um mesmo contínuo conceitual. Não se podem misturar plantas e animais quando categorizando plantas. Não se pode misturar física com química, quando as categorias são construídas em torno da física. É claro que é possível construir dois conjuntos de categorias complementares em que cada um deles tem um princípio classificatório diferente. Pode haver um conjunto de categorias de plantas e outro de animais, se for o caso. Evidentemente, a complexidade das categorias e subcategorias será função dos próprios materiais analisados, assim como das capacidades do pesquisador em perceber e construir diferentes estruturas de classificação. Entretanto, cada conjunto de categorias, sejam gerais e amplas, sejam subcategorias mais específicas, necessita ser homogêneo.

Não obstante, quando se trata da propriedade de “exclusão mútua”, uma outra propriedade de um conjunto de categorias, já não há a mesma concordância. Mesmo que nas formas mais tradicionais de análise de conteúdo se exija que um mesmo dado seja categorizado em uma única categoria, o critério da *exclusão mútua*, entendemos que esse critério já não se sustenta frente às múltiplas leituras de um texto. Uma mesma unidade pode ser lida de diferentes perspectivas, resultando em múltiplos sentidos, dependendo do foco ou da perspectiva em que seja examinada. Por essa razão, aceitamos que uma mesma unidade possa ser classificada em mais de uma categoria, ainda que com sentidos diferentes. Isso representa um movimento positivo no sentido da superação da fragmentação, em direção a descrições e compreensões mais holísticas e globalizadas.

Cabe, no entanto, um alerta em relação à necessidade do pesquisador explicitar seus pressupostos de análise, a fim de que os leitores não sejam confundidos. Uma das questões que o pesquisador precisa ter presente na condução de suas análises é o modo como lida com a fragmentação, uma limitação necessariamente presente em algum grau em qualquer análise, já que analisar sempre é dividir.

A proposta de analisar textos por meio da categorização dos sentidos, superando a regra da exclusão mútua, constitui um esforço no sentido da fuga da fragmentação e do reducionismo marcantes em formas históricas da análise de conteúdo. O que se propõe em novas formas de análise textual é utilizar as categorias como modos de focalizar o todo por meio das partes. Cada categoria constitui uma perspectiva diferente de exame de um fenômeno, ainda que se possa examiná-lo de uma forma essencialmente holística. Isso constitui um exercício de superação do reducionismo que o exame das partes sem referência permanente ao todo representa. O desafio é exercitar uma dialética entre o todo e a parte, ainda que dentro dos limites impostos pela linguagem, especialmente na sua formalização em produções escritas.

## **Categorização e teorias**

Vamos agora retomar uma questão essencial na condução de um processo de análise textual, já abordado anteriormente para o momento da unitarização. É o papel da teoria no processo da categorização.

Toda categorização implica uma teoria. O conjunto de categorias é construído a partir desse referencial de abstração que o suporta. Esse olhar teórico pode estar explícito ou não, ainda que seja desejável sua explicitação. O modo de conceber as teorias em relação à pesquisa e à categorização das informações origina diferentes tipos de categorias.

Conforme já discutido, quando as teorias são definidas e assumidas antes da análise propriamente dita dos dados, examinando-os com base em teorias escolhidas com antecedência, as categorias construídas são denominadas *a priori*. São “caixas” em que os dados serão classificados.

Quando o pesquisador examina os dados de seu *corpus* com base em seus conhecimentos tácitos ou teorias implícitas, não assumindo conscientemente nenhuma teoria específica *a priori*, as categorias resultantes de sua análise são denominadas emergentes. Entendemos que, nesse caso, não é que não existam teorias, mas que estas não são conhecidas pelo pesquisador de forma consciente. Estão de algum modo implicadas nas informações analisadas e no próprio conhecimento do pesquisador, e o papel do pesquisador é explicitá-las. Entretanto, não devem ser entendidas como estando prontas nos dados, o que seria um retorno ao empirismo. Requerem um esforço construtivo do pesquisador e desse processo podem resultar diversas estruturas teóricas, dependendo especialmente dos conhecimentos tácitos do pesquisador.

Assim como na identificação das unidades de análise os sentidos e significados não são dados a serem extraídos dos textos, também as categorias não podem ser procuradas prontas nos textos analisados. Categorias constituem conceitos abrangentes que possibilitam compreender os fenômenos que precisam ser construídos pelo pesquisador. Da mesma forma como há muitos sentidos em um texto, sempre é possível construir vários conjuntos de categorias de uma mesma amostra de informações. Cada conjunto de categorias terá possibilidade de mostrar alguns dos sentidos que o *corpus* textual permite construir. Não são dadas, mas requerem um esforço construtivo intenso e rigoroso de parte do pesquisador até sua explicitação clara e convincente. Esse esforço não envolve apenas caracterizar as categorias, mas também estabelecer relações entre os elementos que as compõem, talvez subcategorias, assim como construir relações entre as várias categorias emergentes da análise. Esse é um momento em que o pesquisador necessita assumir mais decididamente sua função de autor de seus próprios argumentos.

## **Produção de argumentos em torno das categorias**

O processo de categorização pode tanto ir de um conjunto de categorias gerais para conjuntos de subcategorias mais específicos, quanto no sentido inverso. O primeiro movimento está mais diretamente associado às categorias *a priori*. O segundo, às categorias emergentes. Entretanto, independente do processo assumido, o pesquisador também deve desafiar-se, na medida em que avança na explicitação de seu sistema de categorias, a expressar em forma de argumentos seus principais *insights* em relação às categorias que vai construindo. Especialmente em relação às grandes categorias, é importante que consiga expressar um argumento que aglutine e sintetize as subcategorias que as formam e, assim, as unidades de análise que as constituem. Esse processo de produção de argumentos aglutinadores pode também ser aplicado aos níveis menores de classificação, até o nível que o pesquisador entenda adequado.

Na medida em que as categorias estão definidas e expressas descritivamente a partir dos elementos que as constituem, inicia-se um processo de explicitação de relações entre elas no sentido da construção da estrutura de um metatexto. Nesse movimento, o analista, a partir dos argumentos parciais de cada categoria, exercita a explicitação de um argumento aglutinador do todo. Esse é então utilizado para costurar as diferentes categorias entre si, na expressão da compreensão do todo. Esse processo é essencialmente inacabado, exigindo uma crítica permanente dos produtos parciais, no sentido de uma explicitação cada vez mais completa e rigorosa de significados construídos e da compreensão atingida.

A produção de hipóteses de trabalho e de argumentos para defendê-las constitui um dos elementos essenciais de uma análise textual qualitativa. Em vez de números, característica de abordagens quantitativas, é preciso fazê-lo com argumentos. Entretanto, assumir uma perspectiva qualitativa implica mais do que substituir números por argumentos lingüísticos.

Ao longo do presente texto não escondemos nosso viés por uma abordagem qualitativa. Entendemos que o deslocamento proposto de uma abordagem de análise objetiva e quantitativa para uma perspectiva subjetiva e qualitativa implica assumir um olhar fenomenológico em relação aos objetos investigados. Implica assumir uma atitude de deixar que os fenômenos se manifestem, sem impor-lhes direcionamentos. É ficar atento às perspectivas dos participantes, exercitando uma atitude fenomenológica. Essa abordagem implica valorizar argumentos qualitativos, movendo-se do verdadeiro para o verossímil, daquilo que é provado por argumentos fundamentados na lógica formal para o que é fundamentado por meio de uma argumentação dialética rigorosa.

Na medida em que se concretiza esse deslocamento, o pesquisador move-se da quantidade para a qualidade, da explicação causal para a compreensão globalizada, da causalidade linear para uma multicausalidade e causalidade recíproca. Pesquisar e teorizar passa a significar construir compreensão, compreender esse nunca completo, mas atingido por meio de um processo recursivo de explicitação de inter-relações recíprocas entre categorias, superando-se a causalidade linear e possibilitando uma aproximação da complexidade. Esse novo olhar implica valorizar a desordem e o caos como um momento necessário e importante para atingir compreensões aprofundadas dos fenômenos. Isso só pode ser atingido por meio de movimentos hermenêuticos em espiral, em que a cada nova retomada do fenômeno é possibilitada uma compreensão mais radical e aprofundada. Na tempestade sempre há muita luz.

Na perspectiva assumida na presente discussão, por trás da construção de novas compreensões de um conjunto de textos, está um processo de intuição e auto-organização. Esse processo implica num novo tipo de racionalidade, não podendo prever-se de antemão seus produtos. Pode-se, entretanto, ajudar ou facilitar a emergência das intuições por meio do estabelecimento de relações e pontes entre as unidades de base. Na análise textual qualitativa isso é feito por meio de categorização. Numa aproximação com as teorias de Kaufmann(1995), uma vez atingido um determinado número de pontes, o sistema auto-organiza-se espontaneamente. São os *insights* que emergem ao longo do processo.

Se no primeiro momento da análise textual qualitativa se processa uma separação, isolamento e fragmentação de unidades de significado, na categorização, o segundo momento da análise, o trabalho dá-se no sentido inverso: estabelecer relações, reunir semelhantes, construir categorias. O primeiro é um movimento de desorganização e desconstrução, uma análise propriamente dita; já o segundo é de produção de uma nova ordem, uma nova compreensão, uma nova síntese. A pretensão não é o retorno aos textos originais, mas a construção de um novo texto, um metatexto que tem sua origem nos textos originais, expressando um olhar do pesquisador sobre os significados e sentidos percebidos nesses textos. Esse metatexto

constitui um conjunto de argumentos descritivo-interpretativos capaz de expressar a compreensão atingida pelo pesquisador em relação ao fenômeno pesquisado, sempre a partir do *corpus* de análise.

A partir das gotículas de água e de suas cargas elétricas formando o mundo desordenado e caótico das nuvens de uma tempestade, podem emergir os raios de luz a iluminar todo o cenário. Assim também, a partir da desorganização dos textos submetidos à análise, podem emergir novas visões de combinação dos elementos de base, constituindo as categorias e suas diversificadas formas de combinação. No seu conjunto possibilitam novas compreensões dos fenômenos investigados.

### **3. Captando o novo emergente: expressando as compreensões atingidas**

A análise textual qualitativa, segundo idéia original de Navarro e Diaz (1994), pretende a construção de metatextos analíticos que expressem os sentidos lidos de um conjunto de textos. A estrutura textual é construída por meio das categorias e subcategorias resultantes da análise. Os metatextos são constituídos de descrição e interpretação, representando o conjunto um modo de compreensão e teorização dos fenômenos investigados. A qualidade dos textos resultantes das análises não depende apenas de sua validade e confiabilidade, mas é, também, consequência de o pesquisador assumir-se como autor de seus argumentos. São estas as questões que abordaremos no presente item.

#### **Construção de um metatexto e sua estrutura textual**

Segundo já expresso, a análise textual qualitativa pode ser caracterizada como uma metodologia na qual, a partir de um conjunto de textos ou documentos, produz-se um metatexto, descrevendo e interpretando sentidos e significados que o analista constrói ou elabora a partir do referido *corpus*.

Diferentes tipos de textos podem ser produzidos por meio dessa metodologia, com ênfases diversificadas em descrição e interpretação e tendo como ponto de partida diversificados objetivos de análise. Alguns textos serão mais descritivos, mantendo-se mais próximos do *corpus* original. Já outros serão mais interpretativos, pretendendo um afastamento maior do material original num sentido de abstração e teorização mais aprofundado.

Em qualquer de suas formas, a produção textual que esta análise propõe caracteriza-se por sua permanente incompletude e necessidade de crítica constante no sentido de sua qualificação. É parte de um conjunto de ciclos de pesquisa em que, por meio de um processo recursivo de explicitação de significados, pretende-se atingir uma compreensão cada vez mais profunda e comunicada com maior rigor e clareza. Desse modo, toda análise textual qualitativa corresponde a um processo reiterativo de escrita em que, gradativamente, atingem-se produções mais qualificadas.

Todo o processo de análise proposto volta-se à produção do referido metatexto. A partir da unitarização e categorização do *corpus*, constrói-se a estrutura básica do metatexto, objeto da análise. Uma vez construídas as categorias, estabelecem-se pontes entre elas, investigam-se possíveis seqüências em que poderiam ser organizadas, sempre no sentido de expressar com maior clareza as novas intuições e compreensões atingidas. Simultaneamente, o pesquisador pode ir produzindo textos parciais para as diferentes categorias que, gradativamente poderão ser integrados na estruturação do texto como um todo. Diversas tentativas indicarão o melhor encaminhamento.

Ao mesmo tempo em que se envolve na explicitação de suas compreensões e construções iniciais e parciais em relação a cada uma das categorias de análise, o pesquisador pode

desafiar-se a conseguir construir “argumentos centralizadores” ou “teses parciais” para cada uma das categorias, ao mesmo tempo em que exercita a elaboração de um “argumento central” ou “tese” para sua análise como um todo. As teses parciais devem constituir argumentos capazes de construir a validação e defesa da tese principal. Entendemos que construir esses argumentos aglutinadores não representa apenas uma das contribuições mais significativas e originais do pesquisador, como também criará as condições para a estruturação de um texto coerente e consistente. A tese geral servirá de elemento estruturador e organizador de todos os elementos componentes do texto, permitindo não apenas fugir da excessiva fragmentação, mas também possibilitando ao pesquisador assumir-se efetivamente autor de seu texto.

Para a elaboração dessas “teses” ou “argumentos”, seja para o metatexto como um todo, seja para cada uma das categorias ou partes do texto, o pesquisador precisa, de algum modo, afastar-se dos materiais que analisa e dos produtos parciais já atingidos, procurando examinar o fenômeno a partir de um olhar abrangente, afastado dos textos analisados. Nesse mesmo movimento, pode exercitar o esforço de sintetizar as compreensões atingidas por meio de argumentos aglutinadores, a “tese geral” do texto e as “teses secundárias” referentes a cada uma de suas partes. Chegar a esses argumentos novos e originais não é apenas um exercício de síntese. Constitui-se muito mais em momento de inspiração e intuição resultante da impregnação intensa no fenômeno investigado.

O que acabamos de descrever constitui de alguma forma o corpo principal de um metatexto. A ele necessitam reunir-se uma introdução e um fechamento de qualidade. A introdução vista como “dizer o que vem depois” e o fechamento, entendido como “dizer o que veio antes” são elementos essenciais para a construção de textos claros e de fácil leitura. O autor precisa preocupar-se em ajudar ao leitor na compreensão de seu texto. Boas introduções e fechamentos, sejam no texto como um todo, sejam em cada uma de suas partes, são essenciais nesse sentido. Neles, um dos elementos principais podem ser as teses ou argumentos centralizadores. Evidentemente, em cada caso, esses elementos serão apresentados variando suas formas de exposição, de modo que a própria repetição se constitua em possibilidade de uma compreensão melhor para os leitores.

Certamente, o próprio leitor estará percebendo que esse processo não pode se dar de uma vez por todas. Requer um exercício e um esforço de retomada periódica das produções, seja em seu todo, seja em cada uma de suas partes, submetendo-as a críticas e reformulações. Só assim se conseguirá atingir produções com qualidade cada vez mais aprimorada. A produção textual, mais do que simplesmente um exercício de expor algo já perfeitamente dominado e compreendido, é uma oportunidade de aprender. É um processo vivo, um movimento de aprendizagem aprofundada sobre os fenômenos investigados.

### **Descrição e interpretação**

Nossos exercícios de comunicação carregam junto nossas teorias e nossas visões de mundo. Nós nos constituímos na linguagem e não temos como sair dela para observar um fenômeno de modo neutro. Enxergamos as coisas, percebemos os fenômenos, lemos textos, sempre a partir de referenciais teóricos que constituem nossos domínios lingüísticos, nossos discursos. Por isso sempre estamos interpretando. Não temos como sair da “prisão” da linguagem e do discurso a partir dos quais falamos. Precisamos manifestar-nos de dentro deles.

Seria, então, possível falar em descrição? Mesmo conscientes das dificuldades que isso representa, pretendemos dar aqui ao termo uma conotação específica, de acordo com a perspectiva anteriormente exposta. Entendemos, assim, a descrição como um esforço de exposição de sentidos e significados em sua aproximação mais direta com os textos analisados.

Descrever nesse sentido constitui-se num movimento de produção textual mais próximo do empírico, sem envolver um exercício de afastamento interpretativo mais aprofundado. Desse modo, a descrição se constitui em exposição de idéias de uma perspectiva próxima de uma leitura imediata, mesmo que aprofundada. Entretanto, na medida em que nos afastamos dessa realidade mais imediata do texto, estamos nos envolvendo gradativamente mais num exercício aqui denominado interpretativo.

A descrição na análise textual qualitativa concretiza-se a partir das categorias construídas ao longo da análise. Descrever é apresentar as categorias e subcategorias, fundamentando e validando essas descrições a partir de interlocuções empíricas ou ancoragem dos argumentos em informações retiradas dos textos. Uma descrição densa, recheada de citações dos textos analisados, sempre selecionadas com critério e perspicácia, é capaz de dar aos leitores uma imagem mais fiel dos fenômenos que descreve. Essa é uma das formas de sua validação.

O que seria então interpretação na análise textual qualitativa?

Coerentes com nossos posicionamentos anteriores, afirmamos que toda leitura e toda análise textual já é uma interpretação. Entretanto, pretendemos agora ampliar um pouco mais a discussão sobre interpretação. No contexto da análise textual, da forma como a compreendemos, interpretar é construir novos sentidos e compreensões afastando-se do imediato e exercitando uma abstração em relação às formas mais imediatas de leitura de significados de um conjunto de textos. Interpretar é um exercício de construir e de expressar uma compreensão mais aprofundada, indo além da expressão de construções obtidas dos textos e de um exercício meramente descritivo. É nossa convicção de que uma pesquisa de qualidade necessita atingir essa profundidade maior de interpretação, não ficando numa descrição excessivamente superficial dos resultados da análise.

Essa interpretação nada mais é que um exercício de teorização e pode dar-se de diferentes formas. Um dos modos é a contrastação com teorias já existentes. O pesquisador, quando interpretando os sentidos de um texto com base em um fundamento teórico escolhido *a priori*, ou mesmo selecionado das análises, exercita um conjunto de interlocuções teóricas com os autores mais representativos de seu referencial. Procura com isso melhorar a compreensão dos fenômenos que investiga, estabelecendo pontes entre os dados empíricos com que trabalha e suas teorias de base. Nesse movimento está também ampliando o campo teórico com que trabalha.

Outro modo de interpretação é aquele em que, não tendo o pesquisador optado por um referencial teórico explícito de antemão, exercita uma abstração e teorização em relação aos fenômenos que estuda, a partir do conjunto de categorias que construiu em sua análise e das relações entre elas. Segundo Martínez (1994), a própria estrutura de categorias e subcategorias constitui-se no arcabouço teórico emergente a partir do qual o pesquisador pode exercitar reflexões e interpretações cada vez mais afastadas do referencial empírico. É o que denominamos de construção de teorias emergentes.

Ainda que a segunda perspectiva de interpretação seja mais desafiadora e insegura, ambas as formas são válidas como modos de construção de novas compreensões e de expressão de novos sentidos intuídos nos fenômenos investigados. Também ambas carregam possibilidades de o investigador construir seus próprios argumentos, suas próprias teses. Isso será sua contribuição teórica dentro da pesquisa, contribuição sem a qual nenhuma pesquisa tem sentido. Por isso, especialmente no momento interpretativo, é importante que o pesquisador se assuma como autor de seus argumentos.

Juntamente com a interpretação, na análise textual, no seu exercício de construção de sentidos, o pesquisador também pode lidar com a inferência. Se o interpretar se constitui

em um movimento de construção de sentidos e significados a partir de um conjunto de textos, o inferir constitui-se num esforço do pesquisador em ir além do dito e do percebido. Entretanto, os dois termos carregam de alguma forma pressupostos paradigmáticos diversificados. Enquanto a interpretação se associa especialmente com o compreender, a inferência se relaciona de modo mais particular com o explicar. A primeira tem tendência qualitativa, a segunda, quantitativa, como bem evidencia o “teste inferencial de hipóteses”. De qualquer modo, num sentido mais amplo, o inferir pode ser compreendido como um movimento dos textos ou referenciais empíricos para o contexto que os produziu.

Ainda que as análises do tipo proposto possam lidar com essas duas perspectivas, tratamos, neste texto, de modo especial, o foco qualitativo. Por isso o inferir, especialmente a inferência estatística, remetendo à generalização com base em testes de hipóteses, não será aprofundada aqui. Esse tipo de operação associa-se de modo particular aos esforços explicativos, fundamentados em relações de causalidade linear que o paradigma qualitativo emergente pretende superar.

### **Produção textual, compreensão e teorização**

A produção de um metatexto descritivo-interpretativo, uma das formas de caracterizar a análise textual qualitativa, constitui-se num esforço em expressar intuições e novos entendimentos atingidos a partir da impregnação intensa com o *corpus* da análise. É, portanto, um esforço construtivo no sentido de ampliar a compreensão dos fenômenos investigados. É um movimento sempre inacabado de procura de mais sentidos, de aprofundamento gradativo da compreensão dos fenômenos. A construção dessa compreensão é um processo reiterativo em que, num movimento espiralado, retomam-se periodicamente os entendimentos já atingidos, sempre na perspectiva de procura de mais sentidos. O questionamento e a crítica estão sempre presentes e impulsionam o processo, possibilitando reconstruir argumentos já formulados, submetendo-os novamente à crítica e reconstrução. A validação das compreensões atingidas dá-se por interlocuções teóricas e empíricas, representando uma estreita relação entre teoria e prática. Nisso também põe-se em movimento a teorização do pesquisador.

Tanto o interpretar como o inferir, mas especialmente o primeiro, constituem-se em formas de teorização. Nesse movimento cíclico hermenêutico de procura de mais sentidos, tanto a teoria auxilia no exercício da interpretação, como também a interpretação possibilita a construção de novas teorias. Vamos agora focalizar de modo mais direto o último aspecto.

Conforme já salientamos anteriormente, a teorização implica um movimento de afastamento do material empírico, um exercício de abstração em que se procura expressar novas compreensões que a análise possibilitou. A impregnação nos dados possibilita *insights* criativos que, uma vez explicitados com clareza, constituem novas teorias sobre os fenômenos investigados.

O modo de teorização mais tipicamente qualitativo é aquele que se propõe a construir novas teorias a partir do exame do material do *corpus*. Teorias são construídas a partir da análise. O primeiro movimento de teorização nessa perspectiva é a construção de uma estrutura de categorias expressando os principais elementos constituintes dos fenômenos estudados e suas relações. Nisso também se incluem os argumentos aglutinadores que o pesquisador produz na construção de seu texto. Num certo sentido, as teorias vão emergindo da análise do conjunto de textos, ainda que essa emergência necessite ser compreendida como um exercício construtivo gradativo e não como a descoberta de algo que já se encontra constituído no *corpus*.

O segundo modo de teorização, não tão típico da abordagem qualitativa, mas não ausente nela, é a ampliação de teorias já existentes. Geralmente está associado ao tipo de

análise que utiliza categorias *a priori*, ou seja, derivadas de alguma teoria. Teorizar nessa perspectiva é tornar mais complexas as categorias existentes e suas relações, significando nesse sentido uma ampliação e uma complementação de teorias já existentes.

Ambas as formas de teorização são válidas, ainda que em nosso entendimento o exercício de construção teórica a partir do conjunto de textos seja mais desafiador. Exige, entretanto, capacidade de conviver com o inacabado, com a insegurança de ter de construir a nova perspectiva compreensiva ao mesmo tempo em que se constrói o caminho para atingi-la. Mas essa parece ser uma alternativa cada vez mais necessária em nosso mundo pós-moderno.

Teorizar é um movimento produtivo do pesquisador. Como se manifesta sua autoria no processo?

Ao longo de toda a discussão anterior, enfatizamos que os metatextos não devem ser entendidos como modo de expressar algo já existente nos textos, mas como construções do pesquisador com intenso envolvimento deste. As descrições, as interpretações e as teorizações, expressas como resultados da análise, não se encontram nos textos para serem descobertas, mas são resultado de um esforço de construção intenso e rigoroso do pesquisador. Assumindo essa perspectiva, o pesquisador não pode deixar de assumir-se autor de seus textos.

Ainda que os metatextos produzidos necessitem serem submetidos a grupos de interlocutores para sua crítica e validação, eles expressam as compreensões e intuições do pesquisador e devem ser assumidos como tais.

### **Construção de validade**

Os produtos de uma análise textual necessitam serem válidos e confiáveis. Se submetidos a críticas dos autores dos textos originais do *corpus*, esses autores necessitam sentirem-se contemplados no metatexto.

A validade e confiabilidade dos resultados de uma análise são construídas ao longo do processo. O rigor com que cada etapa da análise é conduzida é uma garantia delas. Assim, uma unitarização e uma categorização rigorosas encaminham para metatextos válidos e representativos dos fenômenos investigados.

Entretanto, a validade também pode ser construída a partir da ancoragem dos argumentos na realidade empírica, o que é conseguido por meio do uso de “citações” de elementos extraídos dos textos do *corpus*. A inserção crítica de excertos bem selecionados dos textos originais constitui uma forma de validação dos resultados das análises.

A validade de um metatexto também se funda na construção de uma qualidade formal num sentido mais amplo. O esforço em realizar análises cada vez mais significativas solicita que o pesquisador procure superar uma descrição estática, para conseguir captar a realidade em movimento. O desafio é ir de uma fotografia para um filme com seu movimento dinâmico, mesmo que este também se constitua em uma seqüência de tomadas estáticas. Isso, evidentemente, tem relação com a forma como o pesquisador concebe a própria realidade. Estamos aqui nos posicionando em relação à aceitação de uma realidade entendida como dialética, em permanente movimento de superação. Captar essa dinâmica da realidade é conseguir compreender e descrever o movimento contraditório da realidade, em que novas teses emergem continuamente a partir do questionamento e superação de antigas teorias.

Captar esse movimento e expressá-lo é um permanente desafio. Diferentes modos de consegui-lo podem ser arquitetados, alguns mais próximos a uma fotografia, outros mais próximos a uma dinâmica de um filme. Os objetivos do pesquisador em seu estudo é que indicarão o equilíbrio a ser atingido.



O objetivo da análise textual qualitativa é a produção de metatextos a partir dos textos do *corpus*. Esses textos, descritivos e interpretativos, mesmo sendo organizados a partir das unidades de significado e das categorias, não se constituem em simples montagens. Resultam em seu todo a partir de processos intuitivos e auto-organizados. A compreensão emerge, tal como em sistemas complexos, constituindo-se em muito mais do que uma soma de categorias. Dentro dessa perspectiva, um metatexto, mais do que apresentar as categorias construídas na análise, deve constituir-se a partir de algo importante que o pesquisador tem a dizer sobre o fenômeno que investigou, um argumento aglutinador ou tese que foi construído a partir da impregnação com o fenômeno e que representa o elemento central da criação do pesquisador. Todo texto necessita ter algo importante a dizer e defender e deveria expressá-lo com o máximo de clareza e rigor.

#### 4. Auto-organização: um processo de aprendizagem viva

Uma análise qualitativa de textos, culminando numa produção de metatextos, pode ser descrita como um processo emergente de compreensão, que se inicia com um movimento de desconstrução, em que os textos do *corpus* são fragmentados e desorganizados, seguindo-se um processo intuitivo auto-organizado de reconstrução, com emergência de novas compreensões que, então, necessitam ser comunicadas e validadas cada vez com maior clareza em forma de produções escritas. Esse conjunto de movimentos constitui um exercício de aprender que se utiliza da desordem e do caos, para possibilitar a emergência de formas novas e criativas de entender os fenômenos investigados.

O processo descrito pode ser entendido como um ciclo, representado na fig.1:

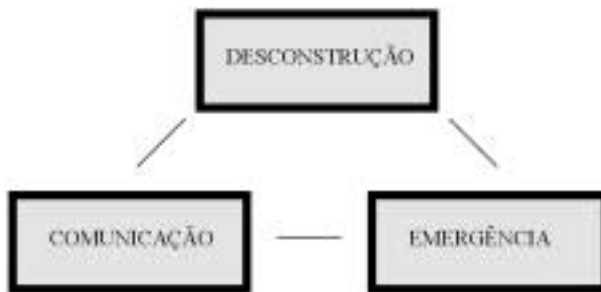


Fig. 1: Ciclo da análise textual qualitativa

#### A desconstrução: o movimento para o caos

O primeiro movimento do ciclo de análise proposto consiste numa desconstrução de um conjunto de textos, as informações de pesquisa submetidas à análise. Essa desconstrução consiste na fragmentação das informações, desestruturando sua ordem, produzindo um conjunto desordenado e caótico de elementos unitários. Corresponde a mover o sistema para o limite do caos, espaço de criação original e de auto-organização. Podemos entender esse movimento como um esforço de operação em nível inconsciente, preparando as condições para a intuição e a emergência de novas compreensões. Conforme coloca Demo (2000, p. 77), com base em Norretranders, “percepção e seleção subliminar são o segredo por trás da consciência”. E acrescenta: “o pensamento é inconsciente”. Esse conjunto de operações também

pode ser entendido como um exercício de impregnação intensa com o fenômeno investigado, envolvimento consciente e inconsciente, impregnação necessária para a emergência das novas compreensões pretendidas.

Esse movimento para o caos também pode ser interpretado como desfazer amarras anteriormente estabelecidas entre conceitos e categorias referentes aos fenômenos estudados. É desestruturar idéias já existentes, jogando o material para o inconsciente. Nisso estaria implícita a crença de que, por esse processo, criam-se as condições para a emergência de novas relações entre os elementos unitários dos fenômenos investigados, assim como entre outros elementos pertinentes do inconsciente.

### **A emergência do novo**

Enquanto o primeiro estágio do ciclo de análise proposto é racionalizado, exigindo um investimento e esforço consciente de desconstrução textual, o segundo movimento não pode ser organizado dessa forma. O movimento da desordem em direção a uma nova ordem, a emergência do novo a partir do caos, é um processo auto-organizado e intuitivo. Não pode ser previsto, ainda que possamos contribuir para desencadeá-lo. De algum modo pode ser entendido como um conjunto de operações inconscientes que resultam num *insight* repentino e globalizado. Um *flash* compreensivo emerge repentinamente. Possivelmente muitas intuições diferentes se formam, uma avalanche de novas estruturas (Kaufmann, 1995), muitos raios de luz na tempestade. Algumas são percebidas ou captadas pelo pesquisador. A maioria se perde. É preciso estar atento para captar o novo emergente e registrar as impressões que carrega. Tal como um sonho, essas inspirações criativas tendem a serem esquecidas, se não registradas imediatamente.

Os *insights* descritos focalizam o fenômeno de forma global e holística. Entretanto, ao mesmo tempo em que constituem uma visão completa, apresentam-se cheios de lacunas e elementos implícitos. Os relâmpagos apenas dão uma visão rápida da paisagem. Requer-se investimento intenso para a explicitação e expressão dos fenômenos que iluminam em forma de uma produção escrita. Esse, entretanto, já constitui novamente um esforço consciente e racionalizado. Parte desse trabalho, talvez, já tenha sido concretizado antes da inspiração criativa; parte se realizará depois. Entre essas operações estão a explicitação das categorias e das relações entre elas. Também nisso se incluem a construção de argumentos aglutinadores de cada categoria, assim como do fenômeno como um todo. Isso, entretanto, já nos leva ao terceiro estágio do ciclo da análise, a comunicação das novas compreensões.

### **Comunicando as compreensões emergentes**

O terceiro estágio do ciclo de análise é a comunicação das novas compreensões atingidas ao longo dos dois estágios anteriores. É um exercício de explicitação das novas estruturas emergentes da análise. Concretiza-se em forma de metatextos em que os novos *insights* atingidos são expressos em forma de linguagem e em profundidade e detalhes. Muitos dos materiais iniciais são descartados, sempre na procura de um texto com clareza e rigor. É preciso conseguir levar a nova compreensão dos fenômenos investigados para os interessados, mesmo que não tenham participado do processo de construção dela. O desafio é tornar compreensível o que antes não o era, e isso precisa ser feito com um texto de qualidade e sabor. Nisso pode desempenhar um papel importante o uso de metáforas. Eventualmente a própria compreensão já emerge em forma de metáfora. Também poderão ser úteis esquemas e figuras, mas entendemos que é essencial a construção de um texto em que cada uma de suas categorias ou partes sejam perfeitamente integradas num todo. Para isso é importante que haja uma “tese” ou argumento central, capaz de possibilitar o encadeamento das partes no todo.

Também é importante compreender que a construção desse metatexto é um processo reiterativo de reconstrução. Várias versões poderão ser produzidas, sendo cada uma delas submetida a leitores críticos para seu aperfeiçoamento.

### **Da ordem ao caos, e daí à nova ordem: um processo de aprendizagem**

Por meio do ciclo de análise, pretendemos mostrar que a construção de uma nova compreensão de um fenômeno dentro da pesquisa qualitativa pode ser descrita como um movimento em um ciclo, que se inicia com uma desorganização dos materiais de análise. Isso se dá por meio da unitarização do *corpus*. Constitui um exercício de desconstrução de materiais textuais reunidos como informações pertinentes de uma pesquisa em andamento. Dessa desconstrução podem participar tanto elementos teóricos como empíricos. Esse primeiro momento analítico constitui um esforço de impregnação intensa nos fenômenos sob investigação.

A partir disso criam-se as condições para a emergência de novos entendimentos. É o segundo momento do ciclo. Enquanto o primeiro é um exercício racionalizado de fragmentação e isolamento de elementos de base do fenômeno investigado, o segundo é um movimento intuitivo de reconstrução. Portanto, não está sob controle do pesquisador. Ele precisa estar atento para a emergência do novo, geralmente surpreendente e inesperado. É importante captar alguns dos *insights* auto-organizados e investir neles no sentido de explorar seu significado da forma mais completa possível. É preciso estar alerta para o raio no meio da tempestade e captar os elementos essenciais da paisagem que possibilita vislumbrar.

Esse exercício de explicitação das novas compreensões atingidas na análise constitui o terceiro estágio do ciclo. Consiste na construção de metatextos com base nos produtos da análise. Esses textos necessitam serem aperfeiçoados gradativamente, submetendo-os à crítica. Nesse mesmo processo também se substancia sua validação.

Desse modo, a análise textual qualitativa pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de novos significados em relação a determinados objetos de estudo, a partir de materiais textuais referentes a esses fenômenos. Nesse sentido é um efetivo aprender, aprender auto-organizado, resultando sempre num conhecimento novo (Assmann, 1998).

Ainda que a metodologia da análise textual, tal como aqui proposta, possa auxiliar a emergência da compreensão dos fenômenos estudados, os novos *insights* e teorias não são construídos a partir de uma racionalidade linear, mas emergem por auto-organização a partir de uma impregnação intensa com os dados e informações do *corpus* analisado.

### **Considerações finais**

Pretendemos por meio do presente artigo apresentar o que denominamos de análise textual qualitativa. Apresentando-a como *uma tempestade de luz*, metodologia que se afastando do que tradicionalmente tem sido denominado de *análise de conteúdo*, aproximando-se de algumas modalidades de *análise de discurso*, procuramos argumentar que essa abordagem de análise pode ser concebida como um processo auto-organizado de produção de novas compreensões em relação aos fenômenos que examina.

Descrevemos esta abordagem de análise como um ciclo de operações que se inicia com a *unitarização* dos materiais do *corpus*. Daí o processo move-se para a *categorização* das unidades de análise definidas no estágio inicial. A partir da impregnação atingida por esse processo, argumenta-se que emergem novas compreensões, aprendizagens

criativas que se constituem por auto-organização, em nível inconsciente. A explicitação de *luzes sobre o fenômeno*, em forma de metatextos, constitui o terceiro momento do ciclo de análise proposto.

No seu conjunto, as etapas desse ciclo podem ser caracterizadas como um processo capaz de aproveitar o potencial dos sistemas caóticos no sentido da emergência de novos conhecimentos. Inicialmente, leva-se o sistema até o limite do caos, desorganizando e fragmentando os materiais textuais da análise. A partir disso, possibilita-se a formação de novas estruturas de compreensão dos fenômenos sob investigação, expressas então em forma de produções escritas.

A qualidade e originalidade das produções resultantes se dão em função da intensidade de envolvimento nos materiais da análise, dependendo ainda dos pressupostos teóricos e epistemológicos que o pesquisador assume ao longo de seu trabalho.

A metáfora de “uma tempestade de luz”, ajuda a evidenciar a forma como emergem as novas compreensões no processo analítico, atingindo-se novas formas de uma nova ordem por meio do caos e da desordem.

---

## Referências

- ASSMANN, H. *Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- DEMO, P. *Compreender e aprender: sabedoria dos limites e desafios*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- GALIAZZI, M.C. *Educar pela pesquisa: espaço de transformação e avanço na formação do professor de Ciências*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- HALL, S. (Org.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage, 1997.
- KAUFFMAN, S. *At home in the universe: the search for the laws of self-organization and complexity*. New York: Oxford University Press, 1995.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. *Naturalistic inquiry*. Londres: Sage, 1985.
- MACHADO, D. M. Z. *Competências vivenciais tecidas a partir das práticas curriculares das alunas do curso de Fonoaudiologia-UFSM: sua articulação com a assessoria psicológica*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002.
- MARTÍNEZ, M. M. *La investigación cualitativa etnográfica en educación: manual teórico-práctico*. México: Trillas, 1994.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. *Educação*, Porto Alegre, v. 22, n.37, p. 7-32, mar. 1999.

- NAVARRO, P.; DIAZ, C. Analisis de contenido. In: DELGADO, J.M.; GUTIERREZ, J. *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Sintesis, 1994.
- OLABUENAGA, J. I. R.; ESPIZUA, M.A. *La descodificación de la vida cotidiana- metodos de investigación cualitativa*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.
- RESTREPO, Luís Carlos. *O direito à ternura*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1996.

**Artigo recebido em janeiro de 2003 e  
selecionado para publicação em outubro de 2003.**